

REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

PERGUNTA Número /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da Mesa

Assunto: Instabilidade nos órgãos de gestão do Agrupamento de Escolas Inês de Castro, em Coimbra.

Destinatário: Ministra da Educação

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PSD tomou conhecimento da situação de instabilidade nos órgãos de gestão que desde 2005 deterioram as condições de ensino-aprendizagem do Agrupamento de Escolas de Inês de Castro, em Coimbra.

A este respeito importa referir que ainda no ano lectivo de 2005-2006, deu-se a demissão do Conselho Executivo em funções, tendo sido aberto um procedimento concursal para presidente de uma comissão provisória, aberto pela Direcção Regional de Educação do Centro. Uma das missões então atribuídas ao órgão directivo entretanto nomeado foi a de desenvolver, no ano lectivo de 2006-2007, um conjunto de acções conducentes à entrada em pleno funcionamento do regime previsto no Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio «regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário». Ainda no final desse ano lectivo foi apresentada uma lista para o órgão de gestão que acabou por não ser homologada pela Assembleia do Agrupamento. Em novo acto eleitoral foram eleitos, por um período de três anos, os membros do órgão de gestão do Agrupamento que se mantiveram em funções até 14 de Junho de 2010.

A entrada em vigor do novo regime de autonomia administração e gestão, pelo Decreto-

Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, gerou grande contestação por parte dos docentes daquele agrupamento e só no último dia do prazo estabelecido para o efeito foi possível apresentar uma lista para o Conselho Geral Transitório.

Em Outubro de 2008 foram eleitos os representantes do pessoal docente e não docente e em Janeiro de 2009 tomou posse o Conselho Geral Transitório.

O Conselho Geral Transitório (CGT) abriu depois procedimento concursal para eleição do Director do Agrupamento, tendo contudo o Conselho Executivo daquele agrupamento interposto uma providência cautelar, acolhida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, situação que levou à suspensão da tomada de posse do Director.

O Conselho Geral Transitório manteve-se em funções muito para além do tempo recomendável para o exercício das missões que lhe foram atribuídas pelo Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, tendo tal situação levado à realização de um abaixo-assinado, subscrito por 86 docentes daquele Agrupamento de Escolas, a “requerer ao CGT a observância dos pressupostos previstos” na Lei para a abertura do processo eleitoral do Conselho Geral de forma a caber a este órgão a eleição do Director. Refira-se que de acordo com informação recolhida pelos Deputados do PSD só em 8 de Junho de 2010, o Conselho Geral Transitório aprovou o Regulamento Interno do Agrupamento, que devia ter sido aprovado até 31 de Maio de 2009.

Cumprido o requisito da aprovação do Regulamento Interno, foi desencadeado o processo eleitoral e foram marcadas eleições para o dia 28 de Junho. Contudo, durante o dia 18 de Junho, a presidente do Conselho Geral Transitório terá retirado toda a informação afixada referente às eleições e colocou na sala de professores um aviso a informar que o processo eleitoral tinha sido suspenso, alegadamente, por haver ilegalidades no Regulamento Interno.

Recentemente, e após inúmeras diligências por parte dos docentes subscritores do referido abaixo-assinado, o Ministério da Educação nomeou para Presidente da Comissão Administrativa provisória do Agrupamento de Escolas Inês de Castro, a mesma Directora que tinha visto a sua nomeação ser suspensa por decisão do Tribunal.

Face ao exposto, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PSD vêm requerer, ao abrigo do disposto na alíneas d) e e) do artigo 156.º da Constituição da Republica Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, que a senhora Ministra da Educação informe sobre as seguintes questões:

1. Tem a senhora Ministra da Educação conhecimento da situação exposta?
2. Que diligências já foram ou serão despoletadas para devolver a estabilidade ao Agrupamento de Escolas Inês de Castro?
3. Quais os critérios que estiveram na origem da nomeação da actual Directora do Agrupamento de Escolas Inês de Castro?

Palácio de São Bento, 19 de Julho de 2010.

O(a)s Deputado(a)s: